

RESOLUÇÕES APROVADAS PELO 6º CONGRESSO DO SINTRAJUD

ITAPECERICA DA SERRA, 3 DE ABRIL DE 2011

PLANO DE LUTAS

- Proposta de calendário de atividades e de mobilização

06/04 – Assembleia por tribunal em SP

07/04 - Ato no TRE

12/04 – Dia Nacional de luta do Judiciário Federal, com paralisação de duas horas na Justiça Federal de São Paulo.

Semana do dia 11 a 15/4 – realizar enquete na Barra Funda para decidir próximos passos a serem tomados.

13/04 – Caravana a Brasília e indicativo de paralisação de 24 horas na Justiça Federal

14/04 – Plenária Nacional Cnesf

25/04 – Indicativo de greve por tempo indeterminado da Fasubra

27/04 – Proposta de greve 24h, remeter a decisão para as assembleias setoriais

28/04 – Dia Nacional de luta dos SPF, com atividade nos estados. Apresentar proposta a Fenajufe para atividades no dia 27/4, com envio de adesivos para os fóruns do interior.

01/05 – Dia do Trabalhador

30/05 – Reunião Ampliada da Fenajufe, em Brasília/DF.

03/05 – Indicativo de greve do Judiciário Federal, por tempo indeterminado

- Em termos de estratégia de conquista dos objetivos da categoria, somente o expediente “GREVE POR TEMPO INDETERMINADO” quando no meio de um estagio de greve de cinco ou dez dias por exemplo em que o movimento está forte e as demandas não foram atendidas. Nesse caso, é valido o recurso “GREVE POR TEMPO INDETERMINADO” aclamado em assembléia. Do contrario gastar esse expediente logo de inicio “assusta” os setores da categoria mais avessos a entrar em greve ou seja a maioria. Além do que, uma semana de greve bem sucedida , com 50% ou mais de adesão resultaria mais êxito e menos cansativa do que uma greve de 4 meses arrastada com aquela famigerada meia dúzia na porta de cada prédio. Serão remetidos para as assembléias. **Remeter essa avaliação as assembleias.**

- Articular apoio entre as entidades sindicais do funcionalismo das três esferas governo e da iniciativa privada mais próximas, com vistas a garantir sua ajuda no processo de construção, encaminhamento e resolução da futura greve por prazo indeterminado, principalmente no interior, onde temos poucos ativistas com experiência.

- Convocar os aposentados a participarem do processo de construção e encaminhamento da greve, garantindo suas presenças e ajuda nas atividades.
- Sindicato deve buscar unificar calendário de atos, paralisações e greve com outras categorias de servidores, como Judiciário estadual de SP, por exemplo.
- Sindicato deve abrir canal de interlocução com OAB/SP, Ajufesp, Amatra, buscando apoio às reivindicações, bem como evitar ações que busquem restringir e atacar a greve.
- Reiterar a luta pelo cumprimento da revisão salarial na data base e conjunto com todos os servidores públicos federais.
- Unidade das categorias para defender os direitos conquistados, combatendo: PLP 549. PL 1992, PEC 233.
- Sindicato deve fazer fundo para custear a greve de 2011.
- Nossos materiais devem reforçar com clareza que o projeto é de congelamento de salário e de esvaziamento do serviço público: Que não há resposta fácil, e que o resultado depende da participação de todos, que não é mais tempo de meia greve e transferência de responsabilidade que não adianta que as pessoas esperem que o sindicato resolva tudo. O sindicato somos nós.
- Precisamos reforçar a validade da greve como meio de luta válida, rebatendo a construção da idéia de que a greve é meio ultrapassada.
- Fazer atividades de formação durante o cotidiano da greve que se avizinha.
- Fazer plano de visitas ao interior.
- Usar mais a ferramenta “vídeo”, inclusive como ferramenta de mobilização.
- Elaborar e publicar tabela esclarecendo a categoria quanto cada cargo está deixando de ganhar (acumulado) pela não aprovação do PCS.
- Neste momento de tantos ataques atuais e prometidos, a categoria e nossa classe como um todo, as metas de ação e resistência precisam ser bem estabelecidas ou ficaremos a mercê das maldades do governo e amargaremos suas conseqüências. Precisamos:
- Dialogar com a população informando as causas do mal serviço prestado e desfazendo a idéia jogada pelos governos de que nós (servidores) somos os grandes culpados pelos gastos públicos e devemos ser penalizados.
- Esclarecer que os serviços públicos são necessidade da população e somos nós que prestamos esse serviço.
- Dialogar com a população e nossa base sobre o desmonte dos serviços públicos e privatizações (lembrar que muitos dos nossos são favoráveis as privatizações de outros setores).

LUTAS ESPECÍFICAS DO SERVIÇO PÚBLICO

- Unidade com o conjunto do funcionalismo e incorporar o calendário de mobilização proposto pela Cnesf, acrescentando o calendário de luta do Judiciário Federal.
- Respeito à Data Base dos servidores, com fixação de índice anual que reponha as perdas salariais.
- Pelo direito irrestrito de Greve, regulamentado pelos próprios Trabalhadores(as).
- Denúncia do uso da Advocacia Geral da União (AGU) pelo Governo para tentar restringir exercício do direito de greve dos servidores, ao mesmo tempo que congela salários e não negocia com servidores.
- Contra o Nepotismo em todo o serviço público, inclusive nepotismo cruzado.
- Fim das terceirizações e contratos temporários com a abertura de concursos públicos, com a criação de cargos e de novas vagas.
- Fim da exploração dos serviços dos estagiários como se servidores fossem.
- Contra o PLP 248/98, herança do governo FHC, mantida pelos governos Lula e Dilma, que determina a perda do cargo público ao servidor estável com insuficiência no desempenho.
- Contra o PL 549/09, que ameaça trazer congelamento de salários ao(as) servidores(as) públicos(as) por dez anos.
- Contra PEC 02/2003 (Dep. Gonzaga Patriota-PSB/PE), que permite a efetivação de servidores requisitados nos cargos para os quais não prestaram concurso, que aguarda votação em Plenário da Câmara.
- Liberação dos servidores e da direção de base para participação em eventos convocados pelo sindicato, a exemplo do que o CNJ assegurou aos juízes nas suas entidades.
- Liberação de dirigentes sindicais nos moldes e quantidades assegurados na anterior redação da Lei 8.112/90, com pagamento pelos tribunais e órgãos de origem.
- Regulamentação e implementação da Convenção 151 (Livre Organização sindical e Negociação Coletiva no Serviço Público).
- Defesa da Previdência Pública. Não aos fundos de pensão.
- Intervir na revisão da Lei orgânica da magistratura no STF, buscando assegurar punição para juízes, desembargadores e ministros praticantes de assédio moral e o fim do prêmio de aposentadoria compulsória como pena máxima para atos de improbidade.

LUTAS ESPECÍFICAS DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL

- PCS Já

- Defesa da Jornada de 6 horas, sem redução de salário, como já foi assegurado aos servidores no STJ, CJF e outros órgãos.
- Pela regulamentação das pausas durante a jornada de trabalho, buscando evitar maior desgaste do servidor, principalmente do JEF, que trabalham com processo virtual.
- Diante das dificuldades encontradas na mobilização do ano passado da não conquista do PCS durante o ano de 2010, da dificuldade em manter a greve, da divisão da categoria em razão também da proposta do subsidio, propomos:
 - Retomar a elaboração de material sobre o subsidio e o PCS-4.
 - Melhores condições de trabalho, democratização das condições de trabalho e Saúde do trabalhador.
 - Elaborar pauta geral de reivindicações anuais, elaborada pela base com todas as demandas dos servidores de cada um dos locais de trabalho no estado construído nos próprios locais de trabalho.
 - Organização de seminários que pautem a discussão dos principais temas e problemas de interesse da categoria. Como tema inicial para debate, propomos condições de trabalho e saúde no judiciário x crise demanda e as metas impostas pelo CNJ.
 - Realizar amplo diagnóstico de como funciona o judiciário, suas principais crises e problemas e de como nossa categoria vem sendo afetada por elas.
 - Denuncia da resolução do CNJ, aumentando o horário do balcão sem debate com a categoria, impondo sobre carga ainda maior para o servidores e levando o servidores a ocupar o balcão em condições remuneratória diferentes ou os balconistas a terem perda remuneratória.
 - Denunciar a super exploração dos trabalhadores do judiciário imposta pelo CNJ, através da definição de metas sem oferecer as devidas condições de trabalho e quantitativo de servidores, nem tão pouco discutí-las com as entidades sindicais.
 - Debate sobre a questão do processo eletrônico.
 - Abertura de debate em relação à questão da redistribuição.
 - Aprovação imediata dos PLs 6613/2009 e 6697/2009, respectivamente PCS do Judiciário Federal e MPU.
 - Contra quaisquer modificações na lei 11.416/06, que se traduzam em retrocessos nos direitos já conquistados.
 - Pelo abono dos dias parados em defesa da data base e aprovação do PCS ou no limite, com compensação especificamente dos serviços que ficaram paralisados, até o patamar que encontravam-se, antes da deflagração da greve.
 - Buscar a regularização dos plantões de fim de semana com remuneração e ou compensação de horas.

- Pela revogação da Resolução 519 do Conselho da Justiça Federal, que regulamenta a greve no seu âmbito, de forma ilegal e restritiva.
- Pelo imediato pagamento das horas extras devidas aos servidores, que não deverão ser utilizadas sem anuência dos servidores para compensação de greve.
- Pelo pagamento imediato dos passivos trabalhistas e demais direitos dos servidores do Judiciário Federal, com transparência e acesso aos cálculos da dívida e sem privilégio aos passivos dos magistrados.
- Em defesa da manutenção do recesso no judiciário.
- Participação dos Servidores nas eleições dos tribunais.
- Definir início de campanha negociando com os tribunais superiores e governo antecipadamente, não esperar para começar a lutar depois que passar a data de base.
- Em defesa do concurso de remoção com critérios transparentes, objetivos e discutidos com as entidades de servidores.
- Construção de uma agenda com a Amatra e a Ajufe e outras entidades de magistrados para efetividade da autonomia do judiciário preconizada na Constituição.
- Pensar em meio ambiente.
- Adequação de numero de servidores aos setores de maior concentração de processos.
- Pelo fim das requisições de servidores não pertencentes aos quadros do Judiciário Federal.
- Defender a ampliação do Judiciário Federal através de criação de cargos e novas unidades judiciárias, a serem instaladas onde efetivamente tenha demanda que justifique sua instalação, sem favorecimento político, objetivando melhorar o acesso à justiça a toda a população e reduzir a carga de trabalho.
- Lutar pela ampliação de cargos de servidores efetivos na Justiça Eleitoral, especialmente nos cartórios.
- Lutar pela supressão do artigo 366 do Código Eleitoral, garantindo, inclusive, a filiação partidária ao servidor da Justiça Eleitoral.
- Efetivação da isonomia dos chefes de cartórios eleitorais do interior com os das capitais.
- Efetivação da isonomia da retribuição da FC dos supervisores de setor de Contadoria da JF do interior (FC 04), com o JEF (FC 05), assegurando-lhes o pagamento dos passivos.
- Garantir o cumprimento das atribuições de agente de segurança na sua área de atividade, cessando-se de imediato o desvio de função, conforme determina a Lei 8.112/90 e a resolução 104 de 06/04/2010 do CNJ.

- Reivindicar curso de formação para os agentes e inspetores de segurança, custeado pela administração, visando o aprimoramento da segurança bem como lutar para a desvinculação do recebimento da GAS.
- Defesa de todos os direitos dos aposentados e pensionistas.
- Luta incessante até a aprovação das PECs 555/06 e 270/08 – Contra a contribuição previdenciária dos aposentados e pela aposentadoria integral para os aposentados por invalidez.
- Atendimento das reivindicações relacionadas à aposentadoria e aos aposentados: reajuste das aposentadorias pelo mesmo índice do salário mínimo, recomposição do valor dos benefícios ao valor do momento da concessão e fim do fator previdenciário.
- Pela manutenção da paridade entre ativos e aposentados e pensionistas.
- O Sintrajud, em conjunto com os servidores que executam atividades insalubres, perigosas ou de risco, como aqueles relacionadas às áreas de execução de mandados, segurança judiciária, obras e conservação, das áreas médicas e odontológicas, entre outras, bem como, em conjunto com os servidores portadores de deficiência, deve estar constantemente mobilizada na defesa da Aposentadoria Especial. Atuar na defesa de outras propostas como o PLS 68/2003, que tramita no Senado Federal e que trata da regulamentação da aposentadoria especial no serviço público e também dos PLPs nº 554/10 e o PLS nº 330/06 (apensados), onde foi apresentada Emenda Aglutinativa que busca assegurar direito à aposentadoria especial aos nossos Oficiais de Justiça e Agentes de Segurança, para os quais ganhamos o direito no STF, mas que não vem sendo cumprido pelos tribunais.
- O Sintrajud deve organizar seminários e cartilhas sobre aposentadoria e dar início ao debate sobre previdência complementar na base da categoria, em especial junto aos servidores que tomaram posse mais recentemente, a fim de esclarecer os riscos e perigos do “canto da sereia” que a previdência complementar encerra, tanto com respeito aos índices de desconto e sua base de cálculo, menores do que os atuais pela proposta de previdência complementar, quanto com respeito aos riscos de o mercado financeiro gerir a previdência do trabalhador.
- Conscientizar todos os servidores que é política de estado manter os salários dos SPFs e do Judiciário congelados (vide PLP 549) e cortes no orçamento deste ano, que proíbe a contratação de novos servidores.
- Construir campanha salarial unificada em patamar superior à do ano passado, onde cada servidor deve ser chamado a assumir a parcela de responsabilidade que lhe cabe, deixando de delegar para os demais e para o Sindicato **TODA A RESPONSABILIDADE, SOB PENA DE NOVA DERROTA, COM MANUTENÇÃO DE SALÁRIOS CONGELADOS.**
- Construir Calendário de lutas com melhor planejamento e detalhamento das atividades, conforme proposta apresentada à direção desde 2009 pelos servidores da JF Santos:
- Organizar a realização de seminários regionais (por macro regiões) nas principais cidades do estado, buscando envolver servidores do interior no debate e defesa da aprovação do PCS.

- Sindicato deve definir os setores estratégicos em cada Fórum/Tribunal, fazendo mapa onde identifica a chefia de cada um, militantes que lá trabalham, possibilidade de adesão, etc

- Sindicato deve ter estudo detalhado das implicações da nova regulamentação do direito de greve feita pelo STF, com vistas a orientar servidores e evitar riscos desnecessários de decretação ilegalidade greve e desconto dias e multas à entidade. Deve levar esta demanda para Fenajufe fazer o mesmo em âmbito nacional.

- Abrir canal de negociação em cada um dos tribunais de SP.

- Articular base de apoio parlamentar com a Bancada de deputados e senadores de SP desde já e não apenas na véspera votação projeto.

- Buscar o pagamento de horas extras cumpridas em todos os tribunais.

- Concurso para todas as justiça para completar quadro de funcionários.

- Lutar (chamar toda a categoria) para necessidade de se criar a C.M. Criminal /SP conforme prevê o CNJ e a resolução do TRF: (JF,SP Capital).

- Que o 6º Congresso aprove e autorize a implementação das propostas da Tese nº 7 PLANO DE LUTAS – RECUPERAR DIREITOS, nos termos em que foi elaborada, (conforme justificativa apresentada na página 61 do caderno de teses, pontos I a IV), a saber:

a) Aprovar a criação de uma comissão, no âmbito do Sintrajud, a fim de elaborar os projetos legislativos, com os objetivos aqui propostos e que essas peças sejam encaminhadas aos parlamentares a que tenhamos acesso. Desde já me proponho a colaborar e até a fazer parte desse grupo. Que a comissão proposta seja eleita em assembléia e que tenha necessariamente a participação do departamento jurídico, da direção de base e da diretoria executiva do Sintrajud).

b) Que, tais propostas, sempre façam parte do nosso Plano de Lutas e que sejam defendidas em todos os congressos e assembleias, tanto do Sintrajud, como em outras instâncias.

c) Que tais propostas de projetos legislativos, sejam encaminhadas também às Reuniões Ampliadas, Assembleias Gerais e Congressos da Fenajufe, através dos futuros delegados eleitos para esses eventos, a fim de que os pleitos tenham âmbito e apoio, a nível nacional.

- Apresentação de subemenda para que seja incluso no PLP 330/06 a atividade exercida pelo agente de segurança judiciária, atual técnico judiciário especialidade segurança e transporte, tratando da periculosidade do cargo. **TEXTO COM A PROPOSTA DE SUBEMENDA EM ANEXO**

- Campanha sobre condições de trabalho e readequação dos prédios dos órgãos.

a) Consultar, através de formulário nominal sobre qual a campanha que a categoria deve lutar por. Considerando-se que a categoria pode considerar a luta pelo PCS sendo cancelado.

b) Campanha de conscientização do funcionalismo público federal através de palestras/seminários nos órgãos.

c) Reiniciar briga pela data-base.

d) Campanha contra a descriminalização do grevista e contra o desconto real ou através de compensação de horas não-trabalhadas, que tornam-se descontos, devido a impossibilidade da compensação.

- Pagamento das horas extras dos plantões judiciários.

- Cobrança da administração em relação ao plano de saúde que não cobre acidente do trabalho (Unimed) interior.

DENÚNCIAS

- Que se denuncie em mídia eletrônica e impressa, a ditadura instaurada no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, através de apropriação do cargo de diretoria geral, pois:

Um Diretor-Geral ficou 30 anos no poder, d 1958 a 1988, abrangendo o período que vai da anterior idade do golpe militar até o ano de promulgação da Constituição brasileira atual.

A atual Diretora-Geral já ultrapassou 10 anos de poder mandatário.

Por tais motivos, se nem o mandato de Presidenta da Republica dura tanto tempo, cobramos da administração a realização de eleição direta, para o cargo de Diretor Geral dentro do TRE-SP, através do voto dos funcionários daquele tribunal.

O Tribunal que se autodenomina “berço da democracia” deve, antes de tudo, garantir a democracia dentro do seu próprio espaço.

- Irregularidades na JF de São José dos Campos

Todas as citações são feitas por oficial de justiça, inclusive aquelas dirigidas a empresas. Propõe-se que as citações sejam feitas por carta com AR como determinam o CPC e a lei de execução fiscal.

Os oficiais de justiça são obrigados a pesquisar no “site” da Receita Federal os nomes e endereços dos sócios, caso a citação da empresa seja negativa, eles são obrigados a diligenciar atrás dos sócios e não podem redistribuir o mandado caso os sócios residam em endereço sob a responsabilidade de outro oficial. Propõe-se que essa pesquisa seja feita pela parte autora, é ônus da parte autora promover a citação e não dos oficiais de justiça. Se isso não for possível que, pelo menos, os oficiais possam redistribuir o mandado.

Os oficiais de justiça não podem entrar em férias se tiverem mandado com prazo de vencimento para cumprimento a ocorrer durante o período das férias. Propõe-se que seja cumprido o provimento numero 64 do CORIE que prevê redistribuição do mandado referido a oficiais de áreas contiguas.

- Os trabalhadores que tomaram posse no JF em dezembro/2010, não receberam seus salários referente a esse período, valores que foram incluídos em exercícios findos, sem previsão para pagamento.

TEMAS DE SAÚDE DO TRABALHADOR

- Realização de Seminário sobre necessidade da redução da jornada de trabalho e implicações na saúde e grau de adoecimento e seqüelas enfrentadas pelos servidores com a atual jornada, com uso intensivo da informática, do processo virtual e do sistema de metas cada vez maiores impostas pelos Juízes e CNJ.
- Discutir e elaborar proposta de saúde preventiva a ser apresentada aos tribunais, a partir do diagnóstico das principais causas de adoecimento dos servidores, onde verificamos que a LER/DORT e doenças emocionais e psiquiátricas se sobressaem.
- Fazer amplo balanço da Campanha contra o Assédio Moral e redefinir sua retomada, com encaminhamento de todas as deliberações tomadas no 5º Congresso.
- Que o Sintrajud atue na luta pela preservação da saúde do servidor, instalando um coletivo de saúde estadual que se reúna com frequência pré-determinada, a fim de se formular as políticas necessárias nas questões de saúde e relações de trabalho, que fomente a participação e organização dos trabalhadores na construção das respostas necessárias aos problemas que nos afligem no dia-a-dia do trabalho.
- Instituição de COSAT nos locais de trabalho.
- Formação de COSAT Comissões de Saúde e Trabalho nos locais de trabalho - A fim de garantir a permanente vigilância à saúde no trabalho e a participação dos servidores nas decisões que envolvam a garantia de condições dignas de trabalho, que deverá ter por objetivo a melhoria das condições de trabalho, buscando soluções que promovam um estado de bem estar físico, psíquico e social, a partir da organização dos servidores em seus locais de trabalho, devendo discutir e encaminhar as questões referentes à saúde do trabalhador. Comunicar os acidentes ocorridos e/ou doenças detectadas. Participar das reuniões da comissão. Frequentar cursos de capacitação pertinentes à área de saúde do trabalhador. Representar os servidores nas perícias e inspeção em conjunto com o sintrajud. Promover a participação e o envolvimento de outros servidores nas ações de Saúde do Trabalhador.
- Atuar junto aos tribunais e órgãos para garantir estruturação e capacitação dos seus serviços médicos e de recursos humanos para aprimorar o atendimento atualmente dispensado aos servidores, que não podem ser coagidos a voltar ao trabalho enquanto não estiverem completamente curados de sua enfermidade, bem como para desenvolver políticas preventivas de saúde, no seu âmbito.
- Avançar na caracterização de doenças e acidentes provocados pelo trabalho no serviço público para definir as responsabilidades de causa e de tratamento destas.
- Sindicato deve acompanhar, intervir e fiscalizar a licitação, contratação e funcionamento sobre os planos de saúde contratados pelos tribunais, buscando garantir pleno atendimento e igualdade de condições aos servidores e seus dependentes na capital e interior e fiscalizar contratos de empresas fiscalizadas. Sindicato também deve acompanhar os contratos de empresas terceirizadas a fim de impedir os abusos por parte destas empresas com seus trabalhadores, como já verificado em vários locais de trabalho.
- O trabalho é elemento organizador da vida, e por isso interfere na saúde física e psíquica. Diante da piora das condições de trabalho, aliada as políticas ditas “modernas” de gestão, verifica-se o aumento e agravamento do adoecimento da categoria, bem como no serviço

publico todo. Diante disso, propomos que este congresso aprove que a luta pela saúde, por um trabalho digno, contra o autoritarismo e o assedio moral deve ser parte de uma política permanente do sindicato, não apenas pelo fomento ao funcionamento do coletivo de saúde, mas também pelo acompanhamento constante pela diretoria e contratação das assessorias necessárias a implementação e formulação conjunta sobre a saúde do trabalhador.

- Intensificação da campanha contra o assedio moral.
- Retomar a campanha contra o assedio e torná-la campanha permanente.
- Denuncia da discriminação sexual em todos os tribunais.
- Denuncia de mecanismo de distribuição de FCs.
- Luta pela manutenção do ambulatório no Pedro Lessa e a implementação de ambulatório em todos os outros Fóruns.

REFORMA DO ESTADO

- O Judiciário brasileiro vem jogando um papel crescente na luta de classes a favor da classe dominante, a exemplo do julgamento da lei da anistia, do caso Cesare Batistti, da decretação da ilegalidade de greves e criminalização dos movimentos, bem como subtraindo diminuta participação popular nos rumos do Estado quando o judiciário realiza ingerências nas políticas publicas e através de decisões judiciais que na pratica, criam leis (vide a regulamentação do direito de greve pelo STF através de mandado de injunção e sucessivas liminares que usurpam atribuição do legislativo e executivo), neste sentido, o 6º Congresso delibera sobre a realização de um seminário com o tema: **“O judiciário e a democracia no Brasil”** contando com representantes do movimento sindical e social, enviando convite para representantes da AJD (Associação dos Juízes para Democracia), APD (Associação dos Promotores pela Democracia), Associação dos Defensores Públicos, OAB, entre outras que possa ser incorporadas neste debate. Tal seminário será realizado em final de semana para facilitar o acesso de servidores do interior.

BALANÇO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- Cumprimento das resoluções aprovadas no congresso de 2008.

SOBRE O CLASSISMO

- Que o Sintrajud continue atuando para a unidade da classe trabalhadora. Que nossas ações sejam sempre voltadas para o conjunto dos trabalhadores. Que nosso sindicato busque sempre o fortalecimento de instituições como a CSP-Conlutas, que unificam a lutas dos trabalhadores.
- Que o Sintrajud continue sendo uma entidade que coloque a mobilização de sua categoria como o principal instrumento de resistência e conquista, e as negociações com envolvimento da base.

A DEFESA DO SOCIALISMO

- Avançar na perspectiva estratégica de enfrentamento ao capitalismo. A luta política pelo socialismo sempre foi tida por todos nós como tarefa dos partidos de esquerda, especialmente dos partidos revolucionários. No entanto os sindicatos e movimentos populares não podem se furtar desta luta, sob pena de transformarem-se em meros administradores de conflitos das relações de exploração capitalistas, ajudando assim a perpetuar o sistema ao invés de combatê-lo. A única forma de defender de maneira conseqüente os direitos dos trabalhadores e a soberania do nosso país é derrotando o capitalismo e construindo o socialismo.

O Sintrajud deve se organizar e atuar em consonância com esta perspectiva. É preciso criar um espaço para a construção da unidade para luta de todos os segmentos da classe trabalhadora, em defesa de suas reivindicações, por mínimas que sejam. Mas é preciso também estabelecer que a estratégia que perseguimos vai além da luta econômica.

LUTAFENAJUFE

- Criação de um fundo para ajudar as entidades do Lutafenajufe com percentual discutido nos fóruns da categoria.

- Aprovar ajuda financeira para todas as oposições estaduais que compõe o Lutafenajufe. Em 2011 temos eleições nos seguintes estados: Minas Gerais (maio/2011), Rio de Janeiro (agosto/2011), Bahia (setembro/2011), Campinas (outubro/2011) e Santa Catarina (novembro/2011). Todos estes sindicatos possuem chapas do Lutafenajufe, discutida em reuniões nacionais e com acompanhamento dos Sindicatos do Movimento Lutafenajufe.

DEMOCRACIA

- Reafirmar a importância das instancias democráticas do sindicato, do papel dos instrumentos de comunicação controlados pela base, e do fortalecimento dos coletivos com ampla participação da base da categoria. Que passemos a fazer amplas consultas nos locais de trabalho como forma de auxiliar a comunicação da categoria e subsidiar as decisões dos fóruns regulares e estatutários de decisão do sindicato.

DOS PRINCÍPIOS DO SINTRAJUD

- Reafirmar os princípios de fundação do Sindicato por um sindicalismo COMBATIVO, DEMOCRATICO, DE BASE E CLASSISTA.

INDEPENDENCIA DE CLASSE

- Nossa organização deve ser independente política e financeiramente do Estado, dos patrões, dos governos, dos partidos políticos e de organizações religiosas. Os trabalhadores devem somente confiar na força de sua mobilização e na sua auto-organização, para derrotar banqueiros e grandes empresários e conquistar as suas reivindicações imediatas e históricas.

Fim do Imposto Sindical. O Sintrajud reafirma sua posição de ser CONTRA o Imposto Sindical, devolvendo sempre na integralidade da parte que lhe cabe para a categoria quando não for possível reverter.

NUNCA PERMITIR RETIRADA DE DIREITOS

- Reafirmar o princípio fundamental de nunca atuar de forma que possa causar a retirada de direitos da categoria, por menor que seja.

SOBRE A REARTICULAÇÃO DOS COLETIVOS/NÚCLEOS

- Reorganizar os seguintes coletivos: COLETIVO DE IMPRENSA, SOCIO CULTURAL, FORMAÇÃO, JURÍDICO E SAÚDE.

- Retomar o funcionamento do núcleo de oficiais com reuniões mensais.

OPRESSÕES

- PARA LEVAR PARA O CONJUNTO DA CATEGORIA ESSES TEMAS FAZ-SE NECESSÁRIO PELO MENOS QUATRO MEDIDAS URGENTES:

a) Criar coletivos com a participação da diretoria executiva, diretoria de base e categoria para discutir políticas em relação a questões raciais, diversidade sexual e de mulheres e submetê-las a assembléia.

b) Ter espaço nos meios de comunicação do Sintrajud para essas questões raciais, diversidade sexual e de mulheres, tanto no jornal como no site.

c) Incorporar essa temática no programa de formação política e teórica.

SOBRE O COMBATE À BUROCRATIZAÇÃO

- Reedição do seminário sobre burocratização e organização de base

- Discutir a questão da liberação, rodízio de diretores liberados e introduzir no estatuto.

- Elaborar, discutir e implantar um plano de visita permanente à base, informando, através do site e do jornal, o calendário de visita.

- Rearticular o coletivo de formação, apresentar um projeto de formação para a diretoria, diretoria de base e base)

- Todas as decisões políticas importantes precisam ser tomadas em fóruns amplos, ou seja, deve ser retirado dos órgãos de coordenação/direção o poder de decidir tudo, sem discutir com a base.

- Ninguém pode se reeleger mais que uma vez e quando reeleito não pode ocupar o mesmo cargo. Muitos dirigentes sindicais ficam anos longe de suas atividades, o que faz com que deixem de viver a mesma realidade material dos trabalhadores. Temos que acabar com os dirigentes sindicais "profissionais". Outra importância dessa medida é permitir que outros companheiros adquiram experiência em várias tarefas.

- A liberação deve ser uma discussão com o conjunto da categoria, inclusive deve fazer parte da pauta de reivindicações. Que seja a categoria que decida quem se libera e quem não se libera. Quando a "liberação" for aprovada o salário deve ser o mesmo dos não liberados e deve existir rodízio, com prazo determinado para retorno ao trabalho. Essas medidas possibilitam que a liberação não se torne um "negócio" para os dirigentes sindicais. Isso não

exclui o fato de que devemos lutar para que seja a categoria que decida quantos serão liberados e não o governo e as administrações dos tribunais.

- Deve haver um controle sobre o cumprimento de horário e das tarefas assumidas, de forma que se cumpra no mínimo o mesmo de antes da liberação. Todos os trabalhadores estão submetidos a um rígido controle de horário por parte dos patrões. Portanto, não é justo que os representantes estejam submetidos a condições mais favoráveis que os demais trabalhadores.

- Para garantir que as medidas contra a burocratização sejam implementadas na prática deve-se haver um impulso sistemático à formação política e teórica (sem terceirizar) dos militantes e da direção.

- No site do Sintrajud deverá constar o nome dos diretores de todas as gestões das diretorias do Sindicato à exemplo do site da FENAJUFE.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE BASE

- Os delegados do 6º Congresso devem reafirmar a importância do trabalho de base em nossa entidade. Todo diretor sindical, ou executivo terá como obrigação o trabalho semanal na base da categoria e o de base será incentivado para tanto.

- Estabelecimento de uma política de apresentação do sindicato com foco especial aos servidores novos como parte das campanhas de sindicalização.

- Acompanhar calendário de posse dos tribunais para recepcionar os novos servidores.

- Reafirmar que uma das tarefas prioritária continua sendo a organização por locais de trabalho. Cabe à Executiva dedicar-se para eleger DB em TODOS os locais de trabalho e ter uma agenda de acompanhamento, com reuniões bimestrais, com discussão e encaminhamentos das propostas aprovadas na Diretoria de Base.

- Diretoria deve definir calendário visitas periódicas à todos os locais de trabalho. Deve avaliar necessidade de designar e/ou contratar funcionário(s) que vai auxiliá-los na tarefa de garantir presença do sindicato nos locais de trabalho.

- Melhorar aproximação com cidades do interior.

- Maior efetividade em eventos culturais e sociais no interior.

- Encontros mensais nas sub-sedes, unir o social com as atividades sindicais.

- Pelo menos uma vez por mês passar um formulário em cada fórum onde o funcionário relatara os problemas imediatos de cada local de trabalho. Os formulários seriam encaminhados a um grupo do sindicato que entraria em contato com o administrador do fórum cobrando a solução e dando retorno aos sindicalizados. Publicar a solução ou a falta dela no jornal do sindicato, para que o sindicato seja mais atuante além das questões políticas salariais.

- Campanha de filiação direcionada ao aposentado e pensionista.

- Ampla campanha de sindicalização.
- Sindicato deve fazer campanha de filiação, chamando todos os servidores(as) a reforçar as finanças da entidade para fazer face aos volumosos gastos que precisarão ser feitos até final aprovação do projeto de Plano carreira e/ou revisão salarial.

MELHORAR A COMUNICAÇÃO COM A DIRETORIA DA BASE

- O DB deverá ter um canal direto de comunicação com a Executiva.
- OS DB e a Diretoria Executiva deverão elaborar relatório mensal de sua atividades de base para fins de registro dos ocorridos, das reclamações, das opiniões colhidas da base com fim de se dar maior concretude à atividade de base através de seu registro para instruir políticas do sindicato e, de modo geral, para preservá-lo para a posteridade.
- A base deverá receber relatórios periódicos dos gastos da entidade, de forma clara e auto-explicativa na internet e impresso.
- A diretoria deverá enviar relatório semanal sobre a agenda dos diretores liberados, bem como a prestação de conta de suas tarefas a ser divulgado em área restrita da internet.

COMUNICAÇÃO DO SINTRAJUD

- Que se forme um coletivo para discutir um projeto de comunicação global do sindicato, envolvendo o jornal, a página da internet e atendimento a categoria e diretoria de base.
- O coletivo deve ser formado por integrantes da executiva, da DB e da base da categoria, bem como os profissionais do sindicato, se houver interesse.
- No prazo de 6 meses a partir do Congresso esse projeto deverá ser implantado o novo projeto de comunicação bem como as diretrizes de funcionamento e tomada de decisões.
- A coluna idéias deve publicar as contribuições enviadas por ordem de chegada, priorizando uso pela categoria e diretoria.
- Aproveitar todas as possibilidades e alcances que nos permite a página da internet, que deve ter área restrita aos associados, acessível via senha, onde constem informações confidenciais, como andamento de ações individuais, atas das reuniões da diretoria, prestação de contas mais detalhada, etc.
- Fazer estudo detalhado sobre o perfil social, econômico e político com a finalidade de buscar um “discurso” mais direcionado e impactante sobre os servidores da base com auxílio de profissionais de comunicação para o direcionamento desses discursos, tanto nos “arrastões” quanto nas assembléias , reuniões etc. Afim de atingir principalmente o perfil identificado como mais resistente a se envolver com a luta da categoria.
- Desenvolver tecnologias de interação eletrônica para aproximar-se da nova geração de servidores (Fórums, curso a distância)
- Reformular o “fale conosco” da página do Sintrajud para responder com rapidez e eficiência aos questionamentos da categoria.

- Estabelecimento de uma política de resposta rápida aos ataques da imprensa em geral, contra os servidores e o próprio sindicato
- Investir em marketing das ações do sindicato
- Mais transparência nas resoluções.
- Melhoria da conscientização da categoria com maior chuva de informação.
- Abertura de Fórum na internet, site do Sintrajud.
- Maior investimento em informática. Abrir canais de discussões em mídia.
- Melhorar informação que chegue a categoria: dos trabalhos que vem sendo realizados pelo Sintrajud.
- Melhorar conteúdo e forma de nossos materiais de modo a refletir o dia a dia do servidor.
- Abrir o jornal mais para reivindicações dos servidores, nos locais de trabalho.

PROJETO DE FORMAÇÃO

- Ampla campanha de formação na base.
- Rearticulação do coletivo de formação com chamado à categoria pra participar, e a partir de novas discussões deve-se apresentar um novo programa para os dirigentes e funcionários do Sintrajud, com participação voluntária.
- Que a política e o projeto de formação do Sindicato contemple expressamente o conjunto da categoria. Além de cursos, deverão ser promovidos debates, palestras e seminários sobre temas de interesse da categoria mediante propostas e consultas no cotidiano dos locais de trabalho.
- O 6º. Congresso aprova que todo dirigente sindical deve participar de todos cursos de formação política promovido pelo sindicato que contemple varias visões do pensamento.

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- Transparência nos gastos:
 - I – Identificação de todos os favorecidos de doações/pagamentos. Na identificação constará nome, CPF ou CNPJ e Certidão Emitida pelo site da Receita Federal, data da doação/pagamento e valor doado/pago.
 - II – Todas as doações, principalmente para movimentos sociais deverão ser aprovadas em assembléia gerais através de votação.
- Criação de uma central de uma central de atendimento ao servidor
- Universalização da ginástica laboral.

- Maior quantidade de encontros recreativos (ex. aluguel de quadra society mensal com programa de churrasco).

SOBRE A ESTRUTURA DO SINTRAJUD

- Aprovar uma comissão de funcionários, diretores executivos e de base para elaboração de um projeto global de gestão de pessoal e política salarial para os funcionários do Sintrajud, com prazo para apresentação de proposta.

- Inserir os funcionários nos programas de formação política da entidade com pluralidade de representação de correntes de pensamento.

- A diretoria deve organizar reuniões periódicas para avaliação das demandas e do atendimento junto a categoria, buscando otimizar e padronizar o atendimento à base, bem como discutir os problemas de funcionamento interno da entidade.

- Todas as contratações deverão ser feitas por seleção aberta com divulgação em jornais de grande circulação.

SUBSEDES E BARRACA

- Realizar grupo de estudo para criação da Sub Sede para a Região do ABC / Alto Tietê e divulgar justificativa para criação da Sub Sede no jornal do sindicato (Item 72 a 78 da tese 3).

- Visando uma melhor utilização da estrutura e dos recursos financeiros da entidade, sugerimos que SEJA MANTIDA A ATUAL POLÍTICA DE MONTAR A BARRACA APENAS EM EVENTOS, E DATAS ESPECIAIS, a ser amplamente divulgados para toda a categoria, com a antecedência necessária, nos meios de comunicação do Sindicato.

JURÍDICO

- Avançar na disponibilização de sumário na página da internet com todas as ações de interesse da categoria, para acesso fácil, elencando inclusive todos os documentos necessários para a propositura. Também deve ser assegurado à todos os associados o acesso sobre andamento de suas ações, a partir de senha.

- O departamento deve prestar contas de sua atuação periodicamente a categoria, publicando no jornal e página na internet, relatório de atividades, onde conste a quantidade de atendimentos pessoais e via fone, principais temas judiciais e administrativos pautados pelos servidores, quantidade de processos judiciais e administrativos que atuou no período, bem como outras informações que entender relevantes, buscando sempre se antecipar na disponibilização das informações, evitando-se sobrecarga de ligações necessárias que a falta de informações acarreta.

- Organizar calendário de plantões nas Subsedes, dando ampla publicidade. Devemos estudar viabilidade de estender atuação jurídica também para atender casos e demandas além das questões funcionais.

SOBRE O FUNCIONAMENTO DA DIREÇÃO

- As regras estatutárias de obrigatoriedade em participação nas reuniões deverão ser cumpridas com mais rigor, sendo considerados vagos os cargos que não cumprirem o estatuto.
- Em caso de reuniões e atividades sindicais em dias úteis com os diretores de base, também com pedido de liberação ou pagamento do dia.
- Publicar pauta/decisões e seu efetivo encaminhamento.
- Para falta de diretor liberado termos diretor pedindo afastamento sem vencimentos e o sindicato bancando a sua remuneração com aprovação em assembléia.

CARREIRA

Todas as propostas apresentadas ao sexto congresso sobre Carreira, serão encaminhadas para seminário específico a ser realizado após luta e conquista do PCS. A saber:

- Visando uma sensibilização dos trabalhadores frente às varias propostas de ataque encaminhadas pelo governo, e uma maior aproximação da categoria, e diante da urgente necessidade de mobilização da categoria para lutar contra a implementação destas propostas:

Seminário (palestra nos locais de trabalho ou região, abordando temas: a reforma do estado e suas conseqüências para o serviço público.

A carreira e a perspectiva salarial da categoria.

A saúde do trabalhador “do que adocece os trabalhadores do judiciário federal”.

- Eleição dos dirigentes de todos os tribunais pelos servidores e magistrados, garantindo-se controle social de suas atividades.
- Luta por um plano de carreira que contemple ampla discussão sobre organização do processo de trabalho, formação e desenvolvimento profissional [evolução na carreira], política salarial que garanta a manutenção do poder de compra dos salários.
- Efetivação da isonomia da retribuição, com critérios claros, da FC dos supervisores e responsáveis por setores que desempenhe atribuições idênticas assegurando-lhes o pagamento dos passivos.
- Retomar a implementação do projeto de carreira no Judiciário Federal, utilizando o acumulo que o sindicato construiu.

- Defesa da existência de uma e apenas uma carreira do judiciário onde a referencia cria de um a quarenta e cinco sendo:

	Padrão	Classe
Auxiliar judiciário 1 a 15	AUJ	ABC
Técnico Judiciário 16 a 30	TCJ	ABC
Analista Judiciário 31 a 45	ANJ	ABC.

- Defender a criação de mecanismo de acesso entre (transposição) para o padrão seguinte com a realização interna de concurso de prova e títulos.
- Conseqüências: Ato motivacional que ameniza a procura por outras carreiras mais vantajosas para entrar nos níveis seguintes (técnico e analista) pode avançar até 5 referencias (de 15 para 20 e de 20 para 35).
- Para os analistas com pós a referencia final iria para 50 (uma referencia para cada 120 horas/aula até o limite de 600 horas/aula).
- Como proposta de uma nova luta, para que seja incluído em “próximo plano” que os técnicos judiciários que estão em desvio de função exercendo atividade área fim, ou seja, trabalhando em secretaria exercendo atividade exclusiva de analista, passem a ser “área fim” e que, para tanto, passem a nível superior. Resumo da Proposta: Técnico judiciário área fim para aqueles que trabalhem em secretarias exercendo atividades exclusivas de analistas exigência de nível superior para os próximos concursos. Não se trata de extinguir os técnicos área meio, mas sim criar técnicos área fim com exigência de nível superior em direito.

CONJUNTURA NACIONAL/INTERNACIONAL

- Concordar com a luta dos trabalhadores Europeus que estão enfrentando grandes ataques aos seus direitos e garantias sociais. Que os possíveis apoios com a presença de pessoas, envio de material humano ou de recursos financeiros sejam apresentados à apreciação de assembleia da categoria.
- Concordar e se solidarizar com os trabalhadores dos países do Norte da África e Oriente Médio, em luta por democracia e liberdades civis. Que os possíveis apoios com a presença de pessoas, envio de material humano ou de recursos financeiros seja apresentado à apreciação de assembleia da categoria.
- Abaixo a intervenção militar internacional na Líbia. Pela auto-determinação do povo líbio.
- Abaixo a invasão imperialista no Iraque e no Afeganistão.
- Pela defesa da criação de um Estado controlado pelos trabalhadores palestinos e judeus, com igualdade de direitos.
- Todo apoio à revolução democrática Árabe.
- Fora as tropas da ONU do Haiti. Pela imediata retirada das tropas brasileiras daquele país.
- Se manifestar contra a alta no preço dos alimentos. Pelo fim da especulação financeira, principalmente com os alimentos.
- O Sintrajud deve manter autonomia frente ao governo Dilma.
- Que o Sintrajud deve se posicionar contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.
- O Sintrajud deve seguir na luta pela regulamentação da negociação coletiva no setor público, assim como seguir na luta pelo direito irrestrito de greve.

- O Sintrajud deve manter como bandeira a paridade entre os servidores ativos, aposentados e pensionistas.
- O Sintrajud deve organizar a categoria para lutar pela retirada dos PLPs, MPs e Decretos que são contrários aos interesses dos servidores públicos (PLP 549/09, PLP 248/98, PLP92/01, MP 520/10).
- Não aceitamos cortes no orçamento da saúde, da educação e em outros segmentos que afetam o interesse do povo brasileiro. É preciso aumentar os investimentos nestas áreas. Não aceitamos o congelamento de salários dos Servidores Públicos e, ao mesmo tempo, exigimos o cumprimento dos acordos feitos anteriormente. O que deve acabar é o superávit primário, recursos públicos destinados a pagar juros aos bancos.
- Não aceitamos a diminuição da contribuição das empresas para o financiamento da previdência social. Queremos a recomposição do valor que as aposentadorias tinham – em salários mínimos – quando foram concedidas e o mesmo reajuste do salário mínimo para todas as aposentadorias. o fim do fator previdenciário e o fim da alta programada.
- Não aceitamos a flexibilização, diminuição ou eliminação dos direitos dos trabalhadores, tenha o nome de “desoneração da folha de salários”, “prevalência do negociado sobre o legislado” ou outro qualquer. Queremos a ampliação dos direitos da nossa classe, com o fim da terceirização e a redução da jornada de trabalho.
- Não pagamento das dívidas públicas, interna e externa, e investimento desse dinheiro num programa de obras e serviços públicos sob controle dos trabalhadores, para gerar empregos e melhorar as condições imediatas de saúde, educação, moradia, transporte, cultura e lazer.
- Exigimos uma auditoria cidadã na dívida pública.
- Exigimos a anulação da Reforma da Previdência de 2003.
- Não à criminalização dos movimentos sociais.
- O Sintrajud deve se posicionar contrário ao projeto que cria as fundações estatais de direito privado.
- Contra o congelamento: retirada de todos os projetos que ameacem os nossos salários
- Por uma política salarial para o funcionalismo público
- Aumento salarial para o conjunto do funcionalismo público com garantias de cumprimento do preceito constitucional de reposição inflacionária anual
- Não às demissões. Estabilidade no emprego e readmissão dos demitidos.
- Redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem redução dos salários.
- Salário mínimo do DIEESE como piso para todas as categorias.
- Carteira assinada e direitos trabalhistas para todos, fim da terceirização, da informalidade e da precarização do trabalho.

- Cotas proporcionais para negros e negras em todos os empregos gerados e em todos os setores da sociedade.
- Reestatização da Embraer, da Vale e demais empresas privatizadas, sem indenização e sob controle dos trabalhadores.
- Estatização sob controle dos trabalhadores e sem indenização de todas as empresas que demitirem, se transferirem ou ameaçarem fechar.
- Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores. Fim da remessa de lucros para o exterior.
- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Fim do latifúndio e do agronegócio. Por uma agricultura coletiva, orgânica e ecológica voltada para as necessidades da classe trabalhadora.
- Por um governo socialista dos trabalhadores baseado em suas organizações de luta.
- Divulgação ou se possível a exibição do filme Cidadão Kane – produzido pela BBC de Londres com o apoio de Matinas Suzuki contando a história de Roberto Marinho, mostrando a opressão e a manipulação da burguesia sobre os menos favorecidos.

SOBRE O DEBATE DE CONJUNTURA NA CATEGORIA

- Aprofundar o debate sobre conjuntura de forma constante e com visões diversas, afim de identificar o foco das lutas e os nossos inimigos.
- Dar voz a outras versões sobre a conjuntura internacional, não só aquela corrente na atual gestão.
- Fomentar cada vez mais discussão política para mostrar aos servidores que a conjuntura interfere diretamente nas nossas vidas e que é importante a luta política.

ESTATUTO

Em consonância com o Código Civil, as alterações estatutárias devem ser aprovadas em assembleia geral da categoria convocada para este fim.

- Art. 5º - **(ACRESCENTAR) letra p:** Apoiar as lutas e criar mecanismos políticos e jurídicos para a organização dos trabalhadores terceirizados do Judiciário Federal

- Art.10º -

§ 1º - (ALTERAR PARA) A falta cometida pelo associado deverá ser apreciada em Assembléia Geral, convocada para este fim, na qual o associado terá amplo direito de defesa, a qual competirá decidir por voto de 75% (setenta e cinco) dos presentes.

§ 2º - A penalidade será sugerida pela Diretoria Executiva **(ACRESCENTAR) ou por qualquer associado** e aplicada pela Assembléia Geral, resguardando-se o direito de defesa e recurso ao Congresso.

Artigo 10º - (acrescentar) fica vedado mais que uma reeleição consecutiva.

- Art. 11º -

(ACRESCENTAR) §1º: Fica vedado mais que uma reeleição consecutiva

§ 2º - **(EXCLUIR)**

§ 6º - **(ALTERAR PARA)** Deverá haver rodízio na liberação entre os coordenadores para atividades sindicais.

(ACRESCENTAR): O prazo máximo de cada liberação se limita a 12 (doze) meses. Entre uma liberação e outra do mesmo coordenador deve haver um intervalo mínimo de 1 (um) ano.

- **(ACRESCENTAR)**: um parágrafo 8º no artigo 12º, a saber: - Deverá a agenda semanal, do diretor liberado ser publicada nos meios de comunicação do sindicato. A agenda deverá se discutida previamente de forma a abranger trabalho de base, gestão sindical e questões de classe em conjunto com outras categorias.

Art. 25º -

§ 1º - O Conselho de Base reunir-se-á ordinariamente **(ALTERAR PARA)** de dois em dois meses ou extraordinariamente a qualquer tempo.

- Art. 47º A Assembléia Geral para eleição dos membros da Comissão Eleitoral deverá ser realizada no período máximo de 15 (quinze) dias, posteriores ao encerramento do prazo para inscrição das chapas. **(ACRESCENTAR PARA)**. Em havendo 2 (duas) ou mais chapas, aplicar-se-á o critério de proporcionalidade

- Art. 49º - O processo eleitoral será coordenado por Comissão Eleitoral composta de no mínimo 3 (três) associados eleitos em Assembléia Geral e um representante de cada chapa inscrita, garantida sempre a composição ímpar.

Parágrafo Único: A Assembléia Geral indicará dentre os eleitos o Presidente da Comissão Eleitoral, que não poderá recair na pessoa de qualquer representante de chapa inscrita.

(ACRESCENTAR §) O membro da comissão eleitoral, exceto o representante da chapa, não poderá concorrer ao processo eleitoral

- Art. 54º - **(ALTERAR para)** As eleições para compor a Diretoria de Base ocorrerão de 02 (dois) anos em 02 (dois) anos, para todo o Estado, em único período e sem limites de reeleição.

§ 1º **(ALTERAR para)**: Nos 3 (três) primeiros meses a partir da posse da Diretoria Executiva, deverá ser divulgado Edital convocando as primeiras eleições para compor a Diretoria de Base.

§ 2º - Nos fóruns onde houver vacância por renúncia, transferência ou afastamento do(s) Diretor(es) de Base já eleito(s) naquele local, fica resguardada a possibilidade de nova(s) eleição(ões) complementar(es) para suprir a(s) vaga(s) em aberto, **(EXCLUIR DAQUI PARA**

FRENTE): devendo ser realizadas em período não inferior a 12 (doze) meses após a eleição que gerou a vacância e 18 (dezoito) meses antes da próxima eleição ordinária.

MOÇÕES

Apoio

- Apoio ao Movimento Passe Livre, que após intensas mobilizações todas as 5ª feiras depois do aumento da passagem do ônibus de R\$ 2,70 para R\$ 3,00 durante três meses conseguiu que fosse proferido decisão judicial que determinou que o prefeito de São Paulo Kassab explicasse o aumento que foi acima da inflação

Repúdio

- Moção de repúdio ao método utilizado pelos signatários da Tese 10 pelo tom desrespeitoso utilizado contra dirigentes deste sindicato.

Em defesa da democracia e dos métodos da classe trabalhadora

Companheiros, o 6º congresso do Sintrajud ocorre em um momento muito importante, seja no âmbito geral das lutas da classe trabalhadora em todo o mundo, com greves e manifestações na Europa, na semana que passou foram nada menos que 280 mil trabalhadores em manifestações na Inglaterra, um dos símbolos do capitalismo e ícone do neoliberalismo enquanto seguem como rastilho de pólvora revoltas, rebeliões, insurreições e revoluções pelo oriente médio.

No que diz respeito à nossa categoria, o momento do congresso é de grande expectativa. Seguimos em meio à batalha pelo nosso PCS e frente ao desafio de unificar os trabalhadores do serviço público federal contra os ataques que o governo federal vem anunciando, como o projeto de congelamento salarial por dez anos e os cortes no orçamento.

Certamente os debates contribuirão para que possamos lutar melhor no próximo período. Isso porque foram muitos os companheiros que dedicaram parte do seu tempo a escrever, debater e apresentar a este congresso teses em que fazem a discussão sobre o momento em que vivemos, sua complexidade, a nossa organização, os acertos e erros que cometemos no último período. A partir dessas considerações poderemos, com certeza construir uma síntese que nos sirva como uma espécie de guia para o próximo período de atuação. Essa é a riqueza e a necessidade dos debates e críticas. Eles nos possibilitam dar saltos de qualidade em nossa atuação, as diferentes visões da realidade certamente nos permitirão entendê-la melhor, melhor captá-la e a partir daí atuar de forma mais eficaz.

Estes são os motivos pelos quais prezamos os debates, as críticas e as diferenças: eles são uma necessidade. Necessitamos desta síntese para conseguir atuar melhor. Sem isso nos tornamos mais frágeis e erramos mais.

No entanto, neste congresso há uma tese que, não pelas diferenças que apresenta ou suas críticas, mas sim pelo seu método queremos repudiar. É a **Tese 10**. Esclarecemos: tal tese usa como método ofensas pessoais em detrimento dos detalhes políticos. Primeiro ataca diretamente duas companheiras que consideramos valorosas. Chamamos de ataques, não críticas. Para nós, escrever uma tese pessoalizando em duas companheiras é um ataque e deve ser tratado como tal. Depois atacam o partido político, PSTU, do qual as companheiras fazem parte, e, por fim, toda a diretoria.

O método usado é o de desmoralizar aqueles com quem os subscritores da tese têm diferenças, fazendo todo tipo de acusações, sem comprovação, usando expressões como: “foi dito”, “ficamos sabendo”, como se desta forma fosse possível entabular um debate sério.

É também simbólico que, em meio aos militantes e do PSTU, e a toda a diretoria, tenham sido citadas nominalmente duas mulheres. Existe uma dificuldade muito grande em formar mulheres como dirigentes sindicais, mulheres que se proponham a estar na linha de frente das lutas e batalhas. Isso não acontece por um acaso. Ocorre por conta da opressão. Ser liderança é algo que nossa sociedade encara como uma característica masculina. As mulheres devem ser dóceis, submissas e quando rompem com este modelo nunca são vistas com bons olhos. Assim, quando a tese apresenta duas mulheres como o símbolo de todos os problemas que enxergam em nossa diretoria colaboram com a ideologia de que estas devem dedicar-se a outros afazeres que não a direção das lutas.

Repudiamos tal tese, por um princípio: A Unidade da classe trabalhadora. Esta unidade é uma necessidade. Se hoje, apesar de toda a miséria e pobreza existentes em nosso planeta não conseguimos mudar tal situação isso se dá porque a burguesia consegue através dos seus métodos de dominação impedir que os trabalhadores, os explorados, oprimidos e excluídos de toda ordem se unifiquem contra ela e a destruam. E uma das formas de impedir a unidade é a difamação. Principalmente por um motivo: gera a desconfiança. Ora, quando não confiamos em quem está ao nosso lado em uma batalha, esta batalha certamente está perdida. Assim, quando os subscritores da **Tese 10** usam este método acabam com qualquer possibilidade de unidade. Pois como confiar naqueles que nos atacam, simplesmente por prazer? Para que possam dar risadas e se divertir com o escárnio sobre outras pessoas?

Vemos este tipo de atitude todos os dias. São ataques aos negros, aos homossexuais, às mulheres. O mundo tolera cada vez menos as diferenças. Mas queremos que neste espaço, o espaço de debates do nosso sindicato isso seja repudiado. Que fique na memória e nos anais deste congresso que sim houve uma tese que usou de um método grotesco, mas que esta tese foi repudiada pela ampla maioria dos delegados. Queremos, sim, os debates e as diferenças, mas, repudiamos os métodos que dividem e segregam, pois assim certamente não construiremos vitórias. Nem para a nossa categoria, nem para a nossa classe.

Com essa prática também expomos as companheiras ao governo, e a própria administração dos tribunais, e inclusive aos órgãos de segurança do Estado.

- Frente às denúncias apresentadas pela servidora Iara Tamie, de irregularidade na fiscalização de uma nota fiscal pelo conselho fiscal (conforme desgravação das falas em plenário), o sexto congresso aprova a instalação de comissão de apuração para a averiguação dos fatos e encaminhamento de possíveis punições, de acordo com relatório a ser aprovado em assembleia da categoria.